

Memória Jornalística: O Resgate da História Ditatorial do Brasil¹

Rayane CRUZ²

Mônica SOUSA³

Universidade Veiga de Almeida, Cabo Frio, RJ

Resumo

Este artigo propõe uma análise sobre como a memória do jornalismo colabora para construção da história de uma sociedade, com base em discursos de legitimação. O estudo tem como recorte duas coberturas do jornal *O Globo* que narram um mesmo momento histórico, porém em períodos distintos – sendo a primeira de 1964, em que o jornal apoia o golpe militar, e a segunda de 2013, em que esse se retrata pela matéria de 64, reconfigurando a memória coletiva para recompor a imagem do passado. O discurso hegemônico usado pelo impresso reconstrói um pensamento, resgatando a memória da Ditadura Militar no Brasil. Essa atualização dos fatos é direcionada para o presente, em que as percepções dos indivíduos e dos meios de comunicação – em relação ao período ditatorial – não são mais as mesmas.

Palavras-chave: memória; jornalismo; ditadura; O Globo

Introdução

Este trabalho propõe uma análise sobre o recorte de duas coberturas do jornal impresso *O Globo* as quais narram um mesmo momento histórico, porém em períodos distintos. Na primeira reportagem, de 1964, observa-se no texto jornalístico um discurso de legitimação que torna nítido o apoio do jornal ao golpe militar. Na segunda, de 2013, o impresso – levando em consideração as mudanças que ocorreram na sociedade e as manifestações de julho desse ano – se retrata pela matéria de 64 e utiliza um discurso hegemônico para atualização da memória.

Ao selecionar um fato histórico e o transportá-lo para o presente, utilizando uma nova narrativa, cria-se uma memória que obedece a formas subjetivas e engendra a questão do poder político, ressaltando o papel da mídia impressa na construção social. Logo, nota-se a necessidade de tratar a memória histórica como fenômeno social, considerando que uma parte da memória individual é construída pelo conhecimento e entendimento do meio em que se vive. Dessa forma, tornam-se necessárias as interações entre passado e presente para

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Veiga de Almeida, email: saraivarayane@gmail.com

³ Professora do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Veiga de Almeida, email: monica.cpsousa@gmail.com

ordenar e dar sentido às representações que permitem aos grupos sociais pensarem o presente.

Uma vez que a mídia contém aquilo que culturalmente é visto como excepcional, a comunicação se torna parte de um processo de organização popular que contribui para a construção dos grupos sociais. Assim, ao deter um discurso cujo valor é, na maioria das vezes, inquestionável⁴, o jornalismo se transforma no guardião da memória⁵ de uma sociedade e afirma-se como o provedor do documento histórico⁶.

Percebe-se que a discussão sobre o jornalismo perpassa por diversos campos de estudos, entre eles encontram-se a memória e o enquadramento. Eternizar um dado momento através da escrita é, sob certo aspecto, “domesticar e selecionar a memória”, de acordo com autora Marialva Barbosa (Barbosa, 2012). Para a estudiosa, quando o jornalismo seleciona determinado fato e o tira do lugar da normalidade, do cotidiano, acrescentando-lhe uma forma de narrativa, “está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade” (BARBOSA, 2012, p. 4). Assim, a memória se torna um processo fundado na interpretação do presente que, durante essa construção, negligencia alguns sentimentos do passado referentes a uma determinada memória. Dessa maneira, a memória pré-figurada ou pré-estabelecida, é questionada e passa por um processo de reconfiguração e refiguração que reestrutura a sociedade a qual ela pertence.

Partindo dessa premissa, Marialva infere que o jornalismo atua como guardião da memória de uma sociedade e, portanto, se torna responsável pela formação da identidade de um povo e do próprio jornalismo (Barbosa, 2012). Segundo ela, através do discurso, o jornalista retêm determinados assuntos que, em algum momento, colaboraram para a formação de uma sociedade. Logo, o jornal – principalmente o impresso – consolida-se como documento e fica responsável por arquivar as narrativas que contam a história de um povo – ele aborda diferentes temas, selecionando o que cada um tem de mais relevante.

Também pode-se pensar memória através dos conceitos formulados por Maurice Halbwachs (Halbwachs, 1950), que resalta a interdependência entre os indivíduos e a memória compartilhada, uma vez que essa se realiza em um quadro social que infere as pessoas de uma mesma comunidade o sentimento de pertença – o passado se conserva na

⁴ A sociedade agrega credibilidade ao discurso jornalístico, garantindo-lhe uma veracidade e relevância que, na maioria das vezes, é inquestionável.

⁵ Os jornalistas, ao realizarem seu trabalho, operam uma manutenção contínua da memória social, pois, ao selecionarem o que será lembrado pelos indivíduos e o que será esquecido, eles se reafirmam como “senhores da memória” de um povo.

⁶ O jornal impresso ganha valor histórico e se legitima como documento, já que abriga fatos e os arquiva, fazendo com que resistam ao tempo e se instalem no interior da sociedade ao qual pertencem. Assim, elas se tornam representações desses fatos, pois, mesmo separados por um longo período de tempo, carregam a base, a identidade, de sua formação e a transferem para as futuras gerações.

memória individual, mas é característica exclusiva dos grupos sociais. Assim, para Halbwachs, a lembrança se reconstrói a partir do presente e o grupo, ao qual pertence o indivíduo, se torna responsável por fornecer meios de reconfiguração do passado.

Assim, chega-se à importância deste trabalho acadêmico, que observa como as memórias se reconfiguram quando se traz para o presente um assunto que engloba a violação dos direitos humanos e liberdade de expressão. Nota-se como a reconfiguração da memória é necessária, uma vez que os quadros sociais não se mantêm estáticos, mas se alteram na medida em que o papel do indivíduo muda dentro da sociedade.

Para uma melhor compreensão desse assunto, atenta-se para como o jornalismo, na condição de guardião da memória, acaba resvalando na memória que produz, como fez o jornal *O Globo*. Ao abordar o mesmo tema de formas distintas, leva-se em consideração como a ditadura é vista de diferentes modos de acordo com o período histórico em questão e percebe-se o papel da memória na reconfiguração da sociedade.

Dessa maneira, este trabalho desenvolve-se por meio da análise do discurso presente no editorial do dia 2 de abril de 1964 e na edição do dia 31 de agosto de 2013, do jornal *O Globo*. Parte-se da premissa de que o texto presente no impresso é elaborado com base em um discurso imperante e sofre influência de correntes históricas, sociais e, principalmente, políticas.

Para tais análises, primeiramente, observa-se como o jornal contribuiu para a ascensão e aceitação da ditadura militar no Brasil, como se construiu tal discurso – levando em consideração todos os acontecimentos da época – o “jogo” com as palavras, enquadramento escolhido por esse impresso e o que havia por trás do texto que contribuía para *O Globo* estruturar a narrativa daquela forma.

Em contraponto usa-se para discussão a retratação do dia 31 de agosto de 2013, em que o mesmo jornal assume o erro pelo apoio ao golpe militar de 1964. Dessa maneira estuda-se a mudança de perspectiva desse impresso e como as memórias se reconfiguram na avaliação de um assunto que engloba a violação dos direitos humanos e liberdade de expressão. Tornando, assim, a reconfiguração da memória necessária, pois os quadros sociais não se mantiveram estáticos, eles foram alterados na medida em que o discurso precisou ser reelaborado para que continuasse representando a nação a qual retrata.

A construção da memória social

A discussão em torno da memória social foi introduzida pelas pesquisas de Maurice Halbwachs (Halbwachs, 1950), em que ele considera que há uma parte de nossa memória individual construída pela sociedade e uma parte da sociedade que funciona como memória. De acordo com o estudioso, a memória seria um processo fundado no âmbito social, construída no grupo ao qual se faz parte, e sofreria influência direta do meio e de todos os indivíduos que a cercam. Com isso, um grande número de resgates do passado que emergem de diversos grupos e instituições sociais, colocam as pessoas diante de um imperativo de memória que ordena, a todo o momento, que as pessoas se lembrem de determinado fato. Por ser pertencente ao grupo, um indivíduo nunca conseguiria manter, sozinho, uma memória, dado que, segundo Halbwachs, ela se esvai quando nos afastamos da comunidade a qual ela estava ligada.

Sociedades religiosas, políticas, econômicas, familiares, grupos de amigos, relações, e mesmo reuniões efêmeras de salão, numa sala de espetáculos, na rua, todas imobilizam o tempo à sua maneira, ou impõem a seus membros a ilusão de que por uma certa duração, ao menos, num mundo que se transforma incessantemente, algumas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativos, e que nada de essencial ali se transformou por um período mais ou menos longo (HALBWACHS, 1945, p. 130).

O estudioso cita como exemplo as memórias de infância, em que os indivíduos não seriam capazes de armazenar imagens e pensamentos dessa época, pois nesta fase da vida “nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social” (HALBAWCHS, 2006, p. 43). Seguindo o pensamento do autor, pode-se dizer que durante a infância a percepção que se tem da sociedade e a percepção individual são vagas. Ele fala, também, sobre os recém-nascidos que encontram nos pais tudo aquilo que necessita para sobreviver, logo, eles sofrem a influência desses, mas ainda não tem a noção de estar inserido em um meio social. Assim, o pesquisador entende que o sentimento de pertença surge à medida que o indivíduo se desenvolve e começa a interagir com outros, aprendendo a linguagem do meio ao qual está inserido, observando e reproduzindo o comportamento das pessoas. Para o pesquisador, por meio dos agentes sociais – família, escola, religião e meios de comunicação de massa – aprende-se e interioriza-se pensamentos, crenças, referentes a individualidade e ao mundo. Dessa forma, as pessoas passam a reconhecerem-se como membro de uma sociedade.

O autor (Halbwachs, 2006) segue argumentando sobre a memória coletiva e a memória histórica. Partindo da ideia que os indivíduos nasceram num contexto em

andamento, em que fatos históricos importantes já aconteceram antes de sua passagem pelo mundo, o autor opõe essas duas vertentes. O autor sugere que grande parte da sociedade não poderia lembrar-se de determinados fatos, uma vez que não os vivenciaram e só tem acesso a eles através da escola, dos livros e das conversas com os mais velhos.

Assim, tais fatos históricos seriam parte de uma “memória da nação” e, quando evocados, faz-se necessário recorrer à memória de outros, pois essa se torna a única maneira de acessá-los. Para o autor recordar significa utilizar convenções sociais que não são criadas pelos indivíduos, mas cedidas pelo ambiente o qual integram ou por outras pessoas que passam a legitimar suas próprias recordações – as memórias estão sujeitas aos seus suportes sociais, denominados, por Halbwachs, como quadros sociais de memória. A inovação de seu pensamento se ancora no fato de incorpora-se a lógica dos grupos em um contexto de representações coletivas que condicionam e possibilitam a atividade da memória.

De acordo com os estudos de Michael Pollak (Pollak, 1992), desde a formação das sociedades, o homem teve a necessidade de arquivar aquilo que considerava relevante para o entendimento de determinado grupo, pois começava-se a enxergar o passado como elemento essencial para a construção, no presente, de uma memória responsável por ancorar poder e identidades. O estudioso (Pollak, 1992), parte da premissa que uma vez que se considera, em todos os níveis, a memória como um fenômeno construído social e individualmente – quando se trata da memória herdada – pode-se dizer que existe uma ligação estreita entre ela e a identidade dos indivíduos, pois “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade” (POLLAK, 1992, p. 204). O autor identifica dois conceitos para a identidade: aquela que se manifesta pela imagem que a pessoa adquire dela própria e a imagem que constrói e apresenta aos outros e a si, para acreditar na sua própria existência e ser percebida por outros, tornando-se parte do meio.

De acordo com ele, a construção da identidade é um fenômeno que se produz mediante a aceitabilidade e influência em determinado grupo e se caracteriza como valor disputado em conflitos sociais que opõem grupos políticos diversos. Nessa construção da identidade, ele observa três elementos essenciais: a unidade física – das fronteiras físicas, de pertencimento ao grupo – a continuidade dentro do tempo – no sentido físico, moral e psicológico – e o sentimento de coerência – em que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. Assim, esquecer ou simplesmente não saber as

próprias origens se torna uma ameaça para a operação central da memória, visto que afeta a perpetuação da narrativa e do conhecimento histórico ligado a acontecimentos passados que precisavam ser retratados.

Nota-se que a memória torna presente uma coisa ausente e por mais inovadora e original que uma obra possa parecer, sua existência é fixada em fatores que antecedem uma pré-compreensão da experiência do mundo. Paul Ricoeur (Ricoeur, 1998) aborda a questão do documento como memória coletiva arquivada, pois se fundamenta em um conjunto de testemunhos vividos e pré-selecionados.

Assim, o autor formula um conceito de mimeses dividido em três vertentes: prefiguração, configuração e refiguração. O ato narrativo passa de um tempo prefigurado da ação, no nível do vivido e da experiência humana, denominada como Mimese I, e é levado para um tempo configurado simbolicamente pela composição narrativa, Mimese II. Assim, toda obra visa comunicar uma experiência a alguém, ou seja, tem-se o tempo refigurado ou Mimese III, que restitui à ação ao tempo vivido do leitor e completa o ciclo dessas operações narrativas em que o sentido nunca se encerra.

As representações sociais, como aquelas presentes no discurso da imprensa e da mídia, no discurso oral dos moradores mais antigos e de personalidades locais, ou ainda em fontes documentais, museus e institutos históricos, são discursos em que a memória faz lembrar e esquecer fragmentos da história.

(...) os jornalistas se constituem em verdadeiros “senhores de memória” da sociedade, ao realizar no seu trabalho cotidiano uma operação seletiva da memória, lembrando alguns fatos e esquecendo outros tantos, levando em conta configurações do presente. A ideia central é que a ação do jornalista é sobretudo de natureza memorialística, já que a memória é uma operação do presente e conformadora da própria identidade (BARBOSA, 2004, p. 1).

Para Marialva Barbosa (Barbosa, 2004), o jornalismo é uma operação memorialística dividida entre lembrar e esquecer, uma vez que ao selecionar o enquadramento de determinado fato, ele define o que e como será lembrado. Barbosa diz, ainda, que a memória é uma operação que começa a ser construída no presente e contribui para a constituição da identidade de uma sociedade, pois abriga os fatos e desdobramentos que contribuíram para a formação social dos indivíduos, seus costumes e organização social. “Na sua interseção com a problemática do jornalismo, a questão da memória possibilita uma série de reflexões que ajuda a compreender as inter-relações fundamentais

entre imprensa e poder” (BARBOSA, 2004, p. 1). Para a autora, ao deter um discurso cujo valor é, na maioria das vezes, inquestionável – um discurso com credibilidade o qual os indivíduos aceitam sem questionar sua veracidade e relevância – o jornalismo se torna guardião da memória de uma sociedade e afirma-se como o provedor do documento histórico⁷. A pesquisadora afirma que através da angulação dada ao fato e do discurso contido no texto, o jornalista retêm determinados assuntos e guarda aquilo que, na sua concepção, é importante para o entendimento dos indivíduos enquanto sociedade, aproximando o fato dos leitores para que eles se identifiquem.

Marialva fala, também, sobre uma “classificação permanente do mundo social”, em que as informações passariam por um processo de hierarquização⁸, selecionando temas e filtrando aquilo que é tido como mais importante. “A lógica da imprensa é desorganizar a estruturação racional da realidade e jogar para o leitor o mundo como amontoado de fatos desconexos e sem qualquer lógica interna” (BARBOSA, 2004, p. 2).

Fazer história da imprensa é estudar um *corpus* específico de textos ou de textualidades, considerando também a relação dos leitores com esses objetos culturais. É preciso, ao interpretar o passado, perceber os significados plurais dos textos que circulavam na sociedade e como os leitores se relacionavam com esses textos. É necessário perceber como as ideias eram transmitidas via textos e como a palavra imprensa afetava o comportamento dos leitores diretamente em contato com aqueles textos (BARBOSA, 2005, p. 104).

A estudiosa afirma que para pensar a história da imprensa como história dos sistemas de comunicação, é necessário analisar o percurso que vai daqueles que produziram o texto às diferentes formas como o público apropria a mensagem. Logo, deve-se reportar ao que foi escrito observando o contexto como se produziu a notícia, para quem, e as consequências dessa produção para a sociedade, levando em consideração as diferentes interpretações do público.

Dessa maneira, ela conclui que há múltiplas formas de fazer história e diferentes maneiras de se “debruçar” sobre o passado, pois ao validar aquilo que está no impresso, que se torna documento social, acredita-se realmente que aqueles fatos ocorreram. Assim, fazer história é um processo contínuo de resgates, em que se transporta para o presente

⁷ O jornal impresso ganha valor histórico e se legitima como documento, já que abriga fatos e os arquiva, fazendo com que resistam ao tempo e se instalem no interior da sociedade ao qual pertencem. Assim, elas se tornam representações desses fatos, pois mesmo separados por um longo período de tempo, carregam a base, a identidade, de sua formação e a transferem para as futuras gerações.

⁸ Aqui desenvolve-se o processo de memória seletiva, denominada neste trabalho como memória arquivada, explicada no primeiro capítulo deste trabalho.

acontecimentos passados, os quais a autora acredita estarem irremediavelmente perdidos na experiência já vivida, em um tempo o qual só pode-se visitar através de uma interpretação, algumas vezes superficial, concebida anteriormente.

Erving Goffman (GOFFMAN, 2006, apud CARVALHO, 2009, p. 2), trata o enquadramento como um conceito desenvolvido sobre a forma como cada sujeito se envolve, de maneira subjetiva, em uma situação social. Para o estudioso, a problemática surge na medida em que os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas, fundamentais para a sua percepção a respeito do mundo e das diferentes realidades que o compõe. Ele não pretende, em seus estudos, utilizar tal conceito para pensar a organização da experiência social, mas compreender como os indivíduos, enquanto atores, organizam suas experiências na vida social.

Dessa maneira, Goffman perpassa seus estudos pela lógica social, explicada através da “dimensão relacional” entre os indivíduos e a sociedade, que ele define a partir da metáfora teatral⁹ das representações. Para ele, deve-se analisar como os indivíduos utilizam os enquadramentos como estruturas cognitivas que os permitem transitar pelas diversas realidades sociais que possuem contato. Assim, ao se questionarem sobre o significado de uma determinada situação, os indivíduos darão uma explicação, para tal fato, apoiando-se em um “repertório” dado por sua inserção no mundo. Assim, essas estruturas são denominadas pelo estudioso como quadros primários, pois se fundamentam na seleção de um aspecto particular da totalidade da cena, que prevalecerá sobre os demais (Goffman, 1996).

Segundo Carlos Alberto de Carvalho a produção jornalística não deve ser definida, apenas, como um conjunto de técnicas que dão forma e conteúdo a narrativas noticiosas, pois o jornalismo envolve particularidades que permitem a definição e selecionamento dos acontecimentos. Além disso, ele possibilita a apresentação, para a sociedade, de determinado fato sob a forma de narrativas que carregam uma perspectiva particular sobre cada aspecto divulgado do real. Essa teoria é facilmente compreendida quando se observa as duas edições do impresso *O Globo*, objetos de estudo deste trabalho, em que dois editoriais, de anos distintos, narraram um mesmo fato histórico, mas são apresentados para a sociedade utilizando perspectivas diferentes.

⁹ Nesse conceito o autor estuda pequenos grupos e parte da ideia do “colocar em presença”, em que as interações entre os indivíduos são tratadas como uma obra de teatro e as representações criam para o espectador uma situação significativa, ou seja, quando o destino se faz presente através dos gestos e das palavras. São as situações imaginárias que permitem o espectador compreender a ação do destino que, por sua vez, só se torna possíveis pela representação do real.

“A essa “operação”, e especialmente sob influência de Tuchman (Tuchman, 1978)¹⁰, tem-se dado o nome de enquadramento” (CARVALHO, 2009, p. 4). Carvalho explica que ao promover enquadramentos, o jornalismo leva em consideração aspectos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados. Dessa maneira, os enquadramentos revelam as particularidades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso vão além da lógica de produção narrativa. Pois, faz-se necessário relacioná-las a alguma dimensão do social reconhecível por quem as receberá, direcionando a interpretação de uma situação através do enquadramento.

Os percursos da memória ditatorial

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, um golpe militar foi instaurado contra o mandato, legalmente constituído, de João Goulart. A falta de reação do governo e dos grupos que o apoiavam foi notável, mas a situação se agravou no momento em que não conseguiu-se articular com os militares legalistas. Também fracassou uma greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em apoio ao governo. Dessa forma, João Goulart, abandonou o Brasil, seguindo para o exílio no Uruguai.

Durante esse período, boa parte da imprensa apresentou resistência ao governo, colocando-se como porta voz da democracia e defendendo os interesses populares, ainda que de maneira sutil. Em contrapartida, alguns jornais da grande imprensa, como *O Globo*, mostraram total apoio às práticas realizadas pelo governo dos militares, elaborando um discurso que enaltecia – e de certa forma justificava – a ação desses.

A tabela a baixo demonstra algumas matérias veiculadas no mês de março de 1964, pelo jornal *O Globo*, que ilustram, através de uma ordem cronológica, como esse trabalho de construção ideológica foi arquitetado de maneira gradual:

Data de veiculação da matéria	Título da matéria	Trecho do discurso jornalístico
10/03/1964	“Goulart anuncia esforço final para sanear as finanças do país”.	“o Presidente afirmou que esse é o objetivo fundamental de seu Governo no período que lhe resta e anunciou uma série de medidas, paralelas às que já

¹⁰ Gaye Tuchman analisa três fatores que influenciam a noção de objetividade dos jornalistas como a forma do texto, as relações inter-organizacionais e o conteúdo. Segundo a autora, esses procedimentos são realizados como rituais de rotina e seu uso se torna comum nas redações, pois permitem aos jornalistas neutralizarem críticas, dentro ou fora do jornal.

		tomou”.
19/03/1964	“Goulart garante que não alimenta qualquer pretensão ditatorial”.	“o clima de inquietação é criado artificialmente por setores intransigentes da oposição”.
20/03/1964	“São Paulo de pé em defesa da democracia”.	“São Paulo parou para acompanhar a grandiosa “Marcha da Família” (...) em todos os discursos ficou patenteada a disposição do povo brasileiro de defender sua liberdade e sua fé religiosa”.
31/03/1964	“A influência comunista no Brasil preocupa Washington”.	“recentes manobras dos elementos extremistas no Brasil indicam que o Governo do Presidente João Goulart está sob crescente influência comunista”.

Na noite de 31 de março de 64, *O Globo* foi invadido por fuzileiros navais e não pode circular no dia 1º de abril. No dia 2 de Abril de 1964, as bancas de jornal da época foram estampadas pelo editorial que trazia, em sua primeira página, o título: *Ressurge a Democracia*. Naquele momento, *O Globo* deu um enquadramento positivo ao fato, apoiando-se em um discurso progressista que deu sequência a construção de uma memória social em que os militares eram tidos como salvadores da pátria. Nota-se o apoio do impresso no trecho a seguir, retirado desse editorial: “Os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo”.

Ao analisar-se essa matéria, nota-se que a aceitação da população em relação ao golpe militar foi diretamente influenciada pelo enquadramento dado pelo jornal a um fato que, atualmente, gera revolta em todos os setores da sociedade. Segundo os estudos apresentados por Goffman (Goffman, 1974), a ideia de enquadramento deve ser analisada

por uma perspectiva sociológica que preocupa-se em compreender como os indivíduos eram classificados e organizados dentro do contexto social. Assim, de acordo com o autor, leva-se em consideração as experiências de vida da população para atribuir sentido a realidade, ou seja, utilizam-se os “quadros de sentido”, produzidos pela própria sociedade, para dar valor simbólico a um fato. Em suma, os enquadramentos são tidos como recursos simbólicos que asseguram aos atores sociais a atribuição de inteligibilidade e pertinência ao seu mundo social – daí surge a relação entre mídia e política para obter-se poder.

No que diz respeito à publicação de abril, o enquadramento operou em níveis cognitivos e textuais através do discurso, cautelosamente arquitetado, que se materializou em uma condição pública. Pode-se dizer, ao observa-se os títulos que compunham a primeira capa do jornal, que todas as matérias desse dia foram elaboradas com a preocupação de passar uma imagem positiva dos militares, para que a população inferisse que a intervenção militar era algo positivo para todos. Mais uma vez o enquadramento jornalístico, dado pelo *O Globo*, atuou para promover e imprimir um ideal para a sociedade que, por sua vez, passou a apoiar o governo sem questionar os rumos que esse, aos poucos, tomara – a censura, as torturas, os desaparecimento de pessoas, entre outros.

Dessa maneira, é possível analisar como o processo de produção da notícia sofre a influência do fato e de todas as vertentes que o rodeia – no caso o poder dos militares, o controle político, social e comunicacional que eles passaram a deter. Contudo, o estudo do enquadramento também perpassa pelas noções da *agenda setting*¹¹ que infere aos leitores sobre o que eles devem refletir e articular, mas não o que, de fato, pensar.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...). Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979 apud FERREIRINHA e RAITZ, 2005, p. 3).

Ainda é possível notar que o apoio social ao golpe dos militares teve sucesso, pois tinha o discurso como um importante aliado. Segundo o autor (Foucault, 2008), as relações de poder tornam-se nítidas através da disciplina, pois através dela persuasivo e persuadido

¹¹ Os estudos a cerca do *agenda setting* foram introduzidos, nos anos 70, através das pesquisas de Maxwell McCombs e Donald Shaw. Em suas análises ambos tratavam esse fenômeno como um tipo de efeito social provocado pela mídia, dentro da própria mídia, que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que a opinião pública falará e discutirá. Assim, para os autores, a mídia torna-se responsável por agendar e pautar os fatos que serão transformados em notícia e reproduzidos pela própria mídia. Pode-se citar como exemplo desse “fenômeno” o fato de um mesmo acontecimento ser abordado em diferentes jornais, que podem pertencer ou não a um mesmo veículo de comunicação.

deixam explícitos seus papéis na sociedade. No que diz respeito ao texto veiculado na matéria “*Ressurge a Democracia*”, fica fácil perceber as relações de poder da época em vários trechos. A forma como as frases são construídas, o tempo todo confere ao fato uma interpretação positiva, como é possível observar no trecho “as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos”. Nessa frase, pode-se dizer que, segundo *O Globo*, os militares garantiriam a manutenção de um governo em que todas as decisões políticas teriam como prioridade o bem estar do povo. Assim, eles se “mascararam” através da figura de um presidente – Marechal Castello Branco (1964 a 1967) – que teoricamente representava o povo, garantindo o cumprimento de todos os direitos sociais e deveres dos órgãos políticos.

O uso de palavras como: “paz”, “tranquilidade”, “progresso”, “dias gloriosos” e “soluções”; mostram como o jornal estava empenhado em construir uma memória social favorável aos acontecimentos do dia 31 de agosto daquele ano. Tudo foi cuidadosamente arquitetado para que os leitores não levantassem questionamentos a cerca do governo que se instituiu de forma não democrática – uma vez que não houve eleição ou nenhum tipo de manifestação da democracia. Os militares simplesmente uniram-se e tomaram o poder quando sentiram que seus ideais estavam sendo prejudicados e seu poder ameaçado. Assim, firmou-se um governo que impôs a sociedade eleições indiretas para presidente, dissolvimento dos partidos políticos, cassação dos mandatos de parlamentares federais e estaduais, intervenção dos militares nos sindicatos e cancelamento dos direitos políticos dos cidadãos.

O resgate e a reconfiguração da memória ditatorial

Com a internet e maior mobilização das massas, *O Globo* sentiu-se “pressionado” a resgatar as memórias do passado para reconfigurar o presente. Como já estudado anteriormente por este trabalho, os jornais, principalmente os impressos, atuam como documento histórico, pois arquivam fatos que contribuíram para a construção da sociedade. Logo, no que diz respeito ao golpe militar, o impresso direcionou a memória social, ou seja, definiu como tal episódio seria lembrado, pois através da angulação que foi dada a notícia apresentou-se uma interpretação positiva do fato.

Essa interpretação foi arquivada e ficou guardada no inconsciente da sociedade, sendo transmitida para as gerações seguintes até o momento em que a memória passou a não representar mais o presente e, assim, houve a necessidade de resgata-la e reconfigura-

la. Isso ocorre, porque os acontecimentos arquivados têm influência direta na formação social das pessoas inseridas em um grupo, pois dão a essas a possibilidade de reconhecerem sua importância e função no meio. Assim, compreende-se o funcionamento e organização de todos os setores sociais e faz com que o sistema mantenha sua ordem.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. *O GLOBO*, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais¹².

De acordo com o texto veiculado pelo *O Globo*, o apoio a esse governo se deu num contexto de temor a um novo golpe, uma vez que Jango tentava instalar uma república sindical no país. Segundo o jornal, na noite do dia 31 sua sede foi invadida por fuzileiros navais e teve as publicações, que seriam veiculadas no dia 1º, recolhidas. Assim, o impresso precisou elaborar uma nova publicação que trazia em sua primeira página o editorial “*Ressurge a Democracia*”.

Nesse contexto, o golpe, chamado pelo *O Globo* de “Revolução”, foi visto pelo jornal como a única alternativa para manter, no Brasil, a democracia e os direitos sociais. Segundo o impresso, os militares prometiam uma intervenção passageira a qual seria interrompida quando não houvesse mais ameaça de um golpe, arquitetado pela esquerda. Porém, como se sabe, isso não aconteceu e o governo não democrático manteve-se no poder por 21 anos, tirando todos os direitos dos civis.

Ao resgatar a memória ditatorial, *O Globo* leva em consideração que os processos de construção dos efeitos de sentido, na produção jornalística, atuam como ponte na sua relação entre aquilo que está arquivado na história e aquilo que, de fato, representa o presente. Assim, surge a necessidade de resgate do fato e reconfiguração da narrativa, pois a memória, nesse processo, precisa se concretizar via publicação, sendo reforçado pelo discurso – que também sofre alterações de acordo com os interesses em questão.

Observa-se que o jornal reestrutura a narrativa a cerca da ditadura selecionando as justificativas para respaldar um equívoco cometido há 51 anos. De acordo com os estudos da pesquisadora Marialva Barbosa (Barbosa, 2004), percebe-se, ainda, que há uma descontinuidade em relação ao momento anterior que é resultado da “rearrumação” dos

¹² Trecho retirado da retratação feita pelo jornal O Globo, no dia 31 de agosto de 2013.

elementos que estão à volta, dos acontecimentos, e para uma reestruturação social é necessário que os meios de comunicação tornem essas mudanças acessíveis para que possam ser percebidas.

Pode-se pensar através das pesquisas da autora que se constituiu no Brasil um jornalismo de caráter elitista, em que os meios de comunicação elaboram sua cobertura a fim de legitimar os núcleos de poder com um noticiário comandado pelas instituições hegemônicas, como observado na publicação de 1964. Marialva aborda, ainda, o valor dos jornais impressos como documento histórico e percebe que a escrita jornalística abriga especificidades em seus textos e textualidades. Aplicando essa lógica nas matérias veiculadas pelo *O Globo*, observa-se que as matérias sempre geraram efeitos sociais nos leitores, desencadeando inovações no âmbito político, econômico e tecnológico. Contudo, em um dado momento, a maioria dos fatos tornam-se passíveis a atualizações, pois a história da imprensa como história dos sistemas sociais, necessita de uma análise mais profunda que vão das formas de produção textual às diferentes formas como o público apropria a mensagem.

Logo, a retratação do impresso *O Globo*, reporta-se, primeiramente, ao que foi escrito trazendo para o conhecimento do público o contexto como se produziu a notícia, assumindo as consequências dessa produção para a sociedade. Assim, observa-se que há múltiplas formas de fazer história e diferentes maneiras de se “debruçar” sobre o passado e fazer história é um processo contínuo de resgates. Ao se transporta para o presente, acontecimentos passados, os quais se encontram irremediavelmente perdidos na experiência já vivida, o jornal deu a população o direito de pensar e refletir sobre seu passado, levando em consideração as representações contemporâneas.

Considerações finais

Nota-se que a memória não é estática, ela está em constante processo de atualização e reconfiguração, assim como a sociedade a qual pertence. Analisando a publicação de 1964, nota-se que o entendimento que a nação brasileira tem sobre sua própria história foi constituída pelas formas de organização política e pelo discurso presente nos documentos históricos da época – entre eles os jornais impressos. Observa-se, através da retratação feita pelo jornal *O Globo*, em 2013, que o documento não fica esquecido no passado, pois a memória permite a relação e ligação com o presente, dado que essa é produto da sociedade que a fabricou e interfere no processo das representações.

Observa-se, também, que mediante a necessidade de tratar a memória histórica como fenômeno social, considera-se que uma parte da memória individual é construída pelo conhecimento e entendimento do meio em que vivemos. Com isso, tornam-se necessárias as interações entre passado e presente para ordenar e dar sentido as representações que permitem aos grupos sociais pensarem o presente.

Dessa maneira, a mídia contém aquilo que culturalmente é visto como excepcional e faz com que a comunicação torne-se parte de um processo de organização popular que contribui para a construção de um grupo. Logo, o impresso assume papel de documento histórico e o jornalismo é tido como guardião da memória. Assim, observa-se através desta análise, que o jornalismo constitui um processo de selecionamento de determinadas memórias em detrimento de outras que são silenciadas – as quais não se permitem organizar sentidos – e, assim, tornam os fatos passivos a atualização, como ocorreu com o editorial veiculado no dia 2 de abril de 1964.

Referências

BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória”?** IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005.

_____. **Percursos do olhar:** comunicação, narrativa e memória. Niterói: Editora UFF, 2007.

CARVALHO, Carlos Alberto. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico.** Contemporânea: revista de comunicação e cultura, Salvador, v. 7, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/3701.%20Acesso%20em:%2022%20maio%202011>.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes e RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf>. Acesso em: 17 mar 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007.